

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , DE 2015 (Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para debater estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas que discute a redução da maioridade penal e a redução ou não da incidência de crimes violentos no País.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública para debater sobre estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas que discute a redução da maioridade penal e a redução ou não da incidência de crimes violentos no País.

Para discutir o tema com a Comissão, convidamos os autores do estudo:

1. Francisco J.M. Costa – Professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças da FGV;
2. João S. de Faria – ex-aluno de mestrado da FGV;
3. Felipe S. Iachan - Professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças da FGV.

JUSTIFICATIVA

É o primeiro estudo em economia do crime dos professores Francisco Costa e Felipe Iachan e do ex-aluno de mestrado João de Faria, da Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas que discute a redução da maioridade penal e a redução ou não da incidência de crimes violentos no país.

Economia do crime, conforme veiculado pela imprensa, é um subcampo da economia que avalia a incidência de atividades criminosas partindo de uma abordagem econômica sobre incentivos individuais em relação a crimes, com base em uma análise estatística.

O trabalho foi realizado tomando por base os dados de mortalidade de jovens no Brasil por causas violentas e a meta era verificar se esses dados sobre mortes violentas conseguiram indicar alguma heterogeneidade no comportamento de jovens que têm 17 anos e 11 meses de idade em relação àqueles que têm um pouco mais de 18 anos na sua propensão de desenvolver atividades violentas.

Importante se faz que os membros da Comissão possam dialogar com os representantes das instituições acima especificadas para que o tema possa ser aprofundado.

Sala das Comissões, julho de 2015.

**Deputado ARNALDO JORDY
PPS/PA**